



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 15, n. 175, set. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Déficit democrático do Estado Brasileiro (legislativo e administrativo)
Diogo de Figueiredo Moreira Neto
- ◆ O contrato administrativo como alternativa ao ato administrativo unilateral – Breve análise jurídico-comparada
Federico Nunes de Matos
- ◆ A necessidade de concessão de oportunidade para oferta de defesa prévia em ação de improbidade. Contraditório. Ampla defesa. Devido processo legal
Gina Copola
- ◆ Serviço público de transporte ferroviário: devolução pelo concessionário de bens de valor histórico-cultural não utilizados
Gustavo de Carvalho Guadanhin
- ◆ Reforma administrativa, infraestruturas e instrumentos de gestão interfederativa de serviços públicos
Marcelo Augusto Biehl Ortolan
- ◆ A evolução do Estado regulador no Brasil – Desenvolvimento, globalização, paternalismo e judicialização
Patrícia Baptista
- ◆ A interpretação da falta grave no âmbito do processo administrativo disciplinar
Raphael Silva Rodrigues, Flávia Álvares Guimarães
- ◆ Anotações à Portaria nº 910, de 7.4.2015
Toshio Mukai

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Normas pertinentes a servidores – Competência de iniciativa e princípio da razoabilidade

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Medida cautelar em ADI – Emenda Constitucional nº 88/2015 – Aposentadoria Compulsória aos 75 anos de idade de membros dos Tribunais Superiores e do

Tribunal de Contas da União – Necessidade de nova sabatina perante o Senado Federal – Violação da separação dos Poderes – Ultraje à independência e à imparcialidade do Poder Judiciário – Inconstitucionalidade – Discussão restrita aos membros do Poder Judiciário – Necessidade de lei complementar nacional de iniciativa do STF – Inviabilidade de leis estaduais que disponham de aposentadoria de magistrados – Existência de regra específica para membros de Tribunal Superior – Princípios da isonomia e da unidade do Judiciário – Não violação

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Agente político – Prefeito – Previdenciário – Segurado facultativo até a vigência da Lei nº 10.887/2004 – Ausência de recolhimento – Impossibilidade de reconhecimento da filiação – Inviabilidade de cômputo do tempo

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo – Meio ambiente – Construção de sistema de esgotamento sanitário nas imediações de Unidade de Conservação Federal – Competência para o licenciamento ambiental – Necessidade de prévia licença do órgão ambiental federal responsável pela gestão daquela unidade – IBAMA – Descumprimento de condicionantes ambientais – Tutela cautelar – Autuação e embargo da obra – Legalidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Administrativo – Mandado de segurança – Guarda Municipal – Porte de arma de fogo – Figuração no rol das atividades profissionais a qual é possível a concessão do porte de arma de uso restrito – Lei nº 10.826/2003 – Necessidade de existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno no Município e realização de treinamento técnico – Ato administrativo discricionário – Ausência de direito líquido e certo

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Administrativo – Servidor público – Licença para o exercício de atividade política – Direito à remuneração pelo período de três meses anteriores ao pleito eleitoral – Data do registro – Protocolo da candidatura – Possibilidade de recebimento integral dos vencimentos

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Administrativo – Previdenciário – Tempo especial prestado na iniciativa privada antes do ingresso do servidor no serviço público – Averbação no Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – Vedação – Art. 96, I, da Lei nº 8.213/91 e no Art. 4º, I, da Lei nº 6.226/75 – Incidente de inconstitucionalidade acolhido – Posicionamentos

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Administrativo – Militar – Movimentação ex officio – Problemas de saúde da esposa do servidor – Patologia agravada em razão da localidade da transferência – Anulação do ato – Razoabilidade – Transferência para outras localidades – Ausência de vínculo com a doença – Possibilidade

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público

- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 66)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação